

RETORNO SOCIAL DA ARQUEOLOGIA: AÇÕES E PROJETOS DA FUMDHAM NAS COMUNIDADES PRÓXIMAS AO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA, PI

Paulo Martin Souto Maior¹

Resumo: Nove cursos de graduação, três mestrados e quatro doutorados exclusivos na área de arqueologia, sem contar com cursos de áreas afins como antropologia e história, nos quais também se desenvolvem pesquisas em arqueologia. Nesse cenário acadêmico e, como desdobramento natural também na prática profissional, o aumentando gradativo de atividade arqueológica nas últimas décadas implica em uma questão fundamental: qual o retorno social da arqueologia? Um dos casos pioneiros aqui no Brasil foram as experiências implementadas pela Fumdham e relatadas neste artigo e que servem de exemplo e ao mesmo tempo de advertência da necessidade da inclusão social na produção científica e na prática profissional arqueológica, ainda mais em um país com enormes desigualdades econômicas.

Palavras-chaves: Arqueologia, retorno social, Fumdham.

Abstract: Nine undergraduate courses, tree masters and four exclusive PhD programs in the area of archeology, not to mention courses in related fields such as anthropology and history, in which research in archeology is also developed. In this academic scenario and, as a natural development also in professional practice, the gradual increase in archaeological activity in recent decades implies a fundamental question: what is the social return of archeology? One of the pioneering cases here in Brazil were the experiences implemented by Fumdham and reported in this article and which serve as an example and at the same time warning of the need for social inclusion in scientific production and in archaeological professional practice, especially in a country with enormous inequalities. economic.

Keywords: Archeology, social retreat, Fumdham.

¹ Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Introdução

O diferencial nos projetos implementados pela Fumdham², que se iniciaram na década de 1970 pela Missão Arqueológica Francesa³ e que tinham o intuito inicial de se dedicar exclusivamente à pesquisa, era o fato de a equipe ter percebido que, para atuar na zona rural de SRN, seria necessário integrar as circunstâncias sociais e econômicas aos estudos ambientais e arqueológicos. Isso levou a Missão a desenvolver projetos e procurar parcerias para inclusão social e, assim, preservar e manter a fauna, a flora, o relevo e os sítios arqueológicos e, ao mesmo tempo, educar, conscientizar, formar e criar oportunidades de subsistência para as comunidades locais. A situação era grave e piorava gradativamente, pois a falta de assistência social e a carência de fiscalização pública na preservação ambiental eram incompatíveis e, até certo ponto, desproporcionais em relação ao potencial arqueológico da área que hoje é o Parque Nacional Serra da Capivara. Vislumbrou-se que os estudos científicos que seriam levados a cabo não poderiam desconsiderar a população local, essencialmente rural, em conjunto com seu entorno. Percebeu-se que a tríade Arqueologia, meio ambiente e sociedade era a chave para captar recursos, preservar os sítios arqueológicos e incutir na população um sentimento de preservação que culminasse na manutenção e guarda dos mais de 1.000 sítios arqueológicos identificados até então. Não foi e não é tarefa fácil. O oxigênio despendido pela equipe científica, desdobrada também em promotores e executores de projetos sociais e ambientais, poderia significar, aparentemente, um desvio do rumo e até da formação e qualificação dos membros que compuseram a Missão Arqueológica Francesa.

Diante desse quadro e com a ampliação das pesquisas devido ao crescente interesse científico que a área estava despertando criou-se, em 1979, o Parque Nacional Serra da Capivara. O objetivo era proporcionar uma proteção legal à área, que implicasse em responsabilidade e compromisso público, envolvendo, inclusive, recursos financeiros para sua manutenção e infraestrutura. Desde então, foram incorporados, de forma sistemática ao objetivo inicial,

² Fundação Museu do Homem Americano.

³ A Mission Archéologique du Piauí, composta inicialmente por arqueólogos franceses, iniciou as pesquisas na região em 1975.

exclusivamente científico, os projetos de inclusão social e preservação ambiental. E, dessa postura, na qual se integra a pesquisa científica à preocupação com a população local, resultou um sentimento preservacionista que provocou muitas anedotas locais. São os casos, que já fazem parte do imaginário popular, contam alguns moradores da zona rural, ocorridos anos atrás durante uma severa seca, quando um grupo da região encontrou, ao perfurar cacimbas onde anteriormente era área alagada pela lagoa, “pedras estranhas, como se fossem ossos bem duros”. Conta essa tradição oral que possivelmente acharam uma bacia fossilizada que, “de tão grande, servia para três mulheres lavarem roupas de uma só vez”. De forma semelhante, encontraram dentes e arcadas imensas que serviram de decoração nas casas e que foram descobertos por alguém, que ninguém sabia ao certo quem era.

Hoje, essas estórias são sempre narradas com assombro diante do desconhecimento que antes havia por ali. Verdade ou não, revelam a presença da Arqueologia e da Paleontologia no dia a dia da população local mais carente, que vivia alheia a esses aspectos da região. São essas pessoas que, ao participarem dos projetos sociais e científicos, constroem um modelo de conscientização, valorização e preservação do patrimônio existente no Parque.

Entretanto, alguns dos membros da Missão Arqueológica Francesa, insatisfeitos com a gestão e o descaso público devido ao aumento de comunidades instaladas no Parque e a crescente destruição de sítios arqueológicos, criaram, em 1986, a Fundação Museu do Homem Americano (Fumdham), que, desde então, vem se responsabilizando administrativa e cientificamente pela área. Assim, procurou-se descentralizar a gestão, antes federalizada, que passou a ser feita por pesquisadores e moradores locais.⁴

E, para dar continuidade ao crescente aumento das pesquisas na área, os membros da Fumdham sabiam que teriam que incorporar de forma cada vez mais ampla uma postura e uma prática que levasse em consideração a população local. Isso era inevitável, pois os sítios estavam em áreas isoladas, algumas habitadas, porém de difícil acesso e praticamente sem qualquer assistência social. Essa simbiose tornou-se uma referência e um modelo a ser copiado. A partir

⁴ As pesquisas da Fumdham desde sua criação estão condensadas no livro *Os Biomas e as Sociedades Humanas na Pré-História da Região do Parque Nacional Serra da Capivara*, publicado em 2014.

dessa expertise e dos resultados alcançados, era peremptório, para dar continuidade as pesquisas científicas levar em consideração as ações executadas e outras em execução⁵. Tais referências eram fundamentais, pois havia contribuído para preservar os sítios arqueológicos, por meio da inclusão da população local, e impedir, pelo menos em parte, a degradação do meio ambiente no Parque.

Assim, a prática arqueológica e a pesquisa científica ganhou outra escala no caso do Parque Nacional; uma escala humanitária, assistencial e cultural inclusiva que extrapola qualquer pretensão exclusivamente científica.

Os projetos puseram a descoberto a ineficiência pública e o descaso que o sertanejo vinha e vem sofrendo. Assim, as variáveis novos usos e percursos foram traduzidas nesses programas sociais por utilização e inclusão da população local e através de melhorias tanto da infraestrutura de apoio quanto dos níveis educacional e econômico vinculados à valorização dos sítios arqueológicos. Com essas referências, tinha-se em mãos modelos de êxito que poderiam ser replicados. Entre os projetos que se destacaram do ponto de vista socioeconômico e de inclusão social cabem citar:

Núcleos de Apoio às Comunidades (1989–2001)

Objetivos

O primeiro projeto de abrangência social e educacional de maior amplitude — desenvolvido pela Fumdam por meio de um convênio entre a ONG italiana Terra Nuova, o Governo do Piauí e a Telemar — teve início em 1989. O objetivo geral do projeto era encontrar um mecanismo que permitisse integrar a população local, especificamente das localidades dos sítios de Mocó e Barreirinho (município Coronel José Dias), Serra Vermelha (município São Raimundo Nonato), Porteirinha e Alegre (município João Costa), numa ação destinada a proteger e preservar o Parque Nacional Serra da Capivara. E, para proteger, era necessário eliminar a miséria na qual vivia e ainda vive parte da população de seu entorno. Para isso, promover a educação dos filhos dos moradores em escolas projetadas para a realidade local era essencial. A pretensão inicial da

⁵ Plano de manejo do Parque Nacional Serra da Capivara. Plano de ação do Parque Nacional Serra da Capivara.

pesquisa arqueológica local exigia a capacitação da comunidade para ingressar em um novo mercado de trabalho, voltado para o turismo ecológico e arqueológico (Figuras 1 e 2).

Pretendeu-se melhorar o nível de instrução da população — que era muito baixo, com alto grau de analfabetismo —, suprir a inexistência de escolas em vastas áreas rurais, formar professores e proporcionar atendimento médico. Além disso, criaram-se hortas comunitárias para alimentação das crianças a partir de um processo de educação ambiental e sustentabilidade.



Figura 1: Uma das cinco escolas do projeto Núcleo de Apoio à Comunidade, na localidade de Serra Vermelha, na zona rural do município de SRN, em 2000, na qual as salas de aulas são abertas à área externa com o objetivo de adequar o ensino ao contexto rural e integrar espaço construído e meio ambiente. Fonte: Acervo da Fumdhm.

Resultados

Nos 12 anos que durou o convênio, mais de 2.500 crianças receberam instrução de qualidade e cuidados com a alimentação e a saúde. Na saúde, no primeiro ano de convênio, a mortalidade infantil foi erradicada. O dado, surpreendente, havia sido alcançado apenas com um projeto pontual e em pequena escala. Infelizmente, em 2001, o convênio foi encerrado, uma vez que o Governo Estadual não cumpriu sua obrigação: após 5 anos de atividades, o Governo deveria assumir os salários dos médicos, dos agentes de saúde, das professoras e dos gestores de cada um dos cinco núcleos de apoio às comunidades. A frustração com esse desfecho, entretanto, não foi total, pois, desse projeto piloto, dois outros tiveram êxito e mantêm-se até hoje, sem qualquer vinculação com o Governo Estadual. Em 1992, foram instaladas uma oficina cerâmica e uma de apicultura⁶

⁶ A implantação da apicultura não fez parte da cooperação italiana: foi um projeto executado, com financiamento do BID, pela Fumdhm; e que está sendo pago até hoje.



Figura 2: Uma das cinco escolas do projeto Núcleo de Apoio à Comunidade, na localidade de Serra Vermelha, zona rural do município de SRN, em 2000, na qual as salas de aula são abertas à área externa com o objetivo de adequar o ensino ao contexto rural e integrar espaço construído e ambiente. Fonte: Acervo da Fumdhm.

Cerâmica Artesanal Serra da Capivara (1992–2001)

Objetivos

Em 1992, membros da Fumdhm, preocupados em criar meios de subsistência para a população carente que vivia no Parque Nacional, começaram a desenvolver oficinas de cerâmica artesanal com as temáticas dos registros rupestres com recursos da ONG Terra Nuova. A Cerâmica²³ foi criada como um dos componentes de desenvolvimento regional planejado para o entorno do Parque, que contava com cinco Núcleos de Apoio à Comunidade na localidade de Barreirinho, no município Cel. José Dias. Cada unidade era composta por uma escola, um posto de saúde e uma atividade econômica (Figura 3).

O intuito era vender a pequena produção no mercado local e, talvez, nas capitais próximas. Entretanto, o que havia começado de forma incipiente ganhou notoriedade, e a demanda logo cresceu. Com o aumento das vendas, percebeu-se que o passo inicial havia sido dado. Cabia agora estabelecer uma gestão profissional e de interesse comercial que revertesse o dinheiro

em lucro aos trabalhadores. Assim, em 2001, a Cerâmica foi adquirida por uma empresa particular local, com a condição de que a Fumdham recebesse mensalmente 10% do lucro.



Figura 3: Infraestrutura do projeto Cerâmica Artesanal Serra da Capivara, no município Cel. José Dias, PI, na localidade de Barreirinhos, em 2002. Fonte: Arquivos da Fumdham.

Resultados

Hoje a Cerâmica emprega mais de 40 pessoas da comunidade local e é vendida para todo o Brasil, além de ser exportada para a Itália e para a França. Cabe acrescentar que a temática dos registros rupestres em cerâmicas vem sendo adotada por outras empresas em função do crescente volume de vendas e da ampliação da demanda desses produtos. O projeto foi um êxito e mostrou a capacidade dos elementos arqueológicos de agregar valor a produtos funcionais, como as louças, e incutir na população a noção de que os sítios arqueológicos podem fornecer fontes de renda. Essa associação entre a Arqueologia e a melhoria de vida de uma população ignorante e miserável por meio da criação de empregos mostrou-se uma ferramenta excepcional para a valorização dos sítios, especificamente dos registros rupestres (Figura 4).



Figura 4: Projeto Cerâmica Artesanal Serra da Capivara, no município Cel. José Dias-PI, na localidade de Barreirinho, em 2002. Exemplo de peças finalizadas com temática de registro rupestre.

Desenvolvimento da Apicultura Sustentável e Familiar (1993–atual)

Objetivos

Com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com o intuito de implantar atividades econômicas diversificadas, 1 ano após a criação do projeto Cerâmica Artesanal Serra da Capivara, teve início o projeto Apicultura Sustentável e Familiar (Figura 5).

Após 3 anos, em 1996 o projeto foi ampliado e implantado em novas regiões. Entretanto, como o objetivo era atender à maior quantidade possível de famílias, tomaram-se algumas precauções para evitar concentração dessa atividade. Assim, limitou-se a quantidade de caixas por associados e ampliou-se o número de apicultores. Em 2013, o projeto atendeu a mais de 100 famílias com 2 mil colmeias, produzindo cerca de 30 toneladas de mel por ano.

Essa ação abrangeu sete regiões: Sítio do Mocó, Barreirinho, Serra Vermelha, Poço do Angico, São Lourenço, Balancete e Bonita, envolvendo cinco pequenas empresas comunitárias. Durante sua execução, foram ainda realizados cursos, treinamentos e reuniões de acompanhamento técnico, apoiados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e por profissionais da Universidade Federal do Pará (UFPA).



Figura 5: Treinamento da comunidade local para o projeto *Apicultura Sustentável Familiar*, em 2002.

A participação dessas empresas e instituições foi fundamental no sentido de manter o caráter social, uma vez que as famílias pagam as colmeias e os equipamentos com a própria produção melífera. De forma semelhante e no mesmo ano da negociação do projeto da Cerâmica, venderam-se à Floramel Indústria e Comércio Ltda. a infraestrutura física, os equipamentos de produção e processamento e as colmeias, com a condição de que 10% do lucro fosse remetido à Fumdham.

Resultados

O resultado foi, assim como no caso da Cerâmica, a inserção de famílias desassistidas e sem renda em uma cadeia produtiva e que lhes proporcionou meios de subsistência. Cabe ressaltar que, atualmente, existe uma lista de pessoas registradas para ingressar no projeto e há, entre elas, um consenso quanto ao interesse em se praticar uma apicultura não predatória. E, de fato, a atividade teve enorme êxito, uma vez que hoje a região é considerada a segunda maior produtora do Estado do Piauí.

Uma vez iniciado o processo de inclusão da população, por meio dos projetos da Cerâmica e da Apicultura, pesquisadores da Fumdham, com financiamento da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), perceberam que era necessário um estudo socioeconômico pormenorizado da região. Mesmo com o êxito das ações descritas, não havia dados concretos sobre a situação geral da população, embora os resultados fossem visíveis.

Diante de tal quadro, em 1997 e 1998, foi feita a coleta de dados nos municípios que abrangem a área do Parque Nacional Serra da Capivara: Brejo do Piauí, Cel. José Dias, João Costa e São Raimundo Nonato. O objetivo principal foi fornecer subsídios para caracterizar, no plano socioeconômico, a população que reside na área de preservação permanente, que se limita com a zona de uso intensivo do Parque. O levantamento foi realizado sobre o total da população que vivia na área delimitada. Foram aplicados dois tipos de questionário. Um destinado aos chefes de família de cada unidade habitacional e outro aos moradores entre 15 e 60 anos.

A ideia foi sistematizar e aportar dados concretos ao objetivo inicial, ou seja, integrar a pesquisa arqueológica à inclusão social e ao desenvolvimento econômico local. Para isso, partiu-se do pressuposto de que aquela área de preservação também necessitava de melhores condições para um desenvolvimento socioeconômico harmonioso e equilibrado com o ambiente. Era

igualmente importante a criação de condições para um crescimento urbano coordenado com o incremento das infraestruturas materiais necessárias, assim como a oferta de um ensino profissionalizante que permitisse diversificar as atividades produtoras, de modo que elas substituíssem as ações predatórias, que, ocorrem, em geral, por falta de conhecimento e por dificuldades econômicas. Qualquer ação nesse contexto exige a realização prévia de um estudo aprofundado da sociedade que vive no entorno do Parque. A meta era dispor das informações precisas referentes à estrutura da população com vistas a antecipar o futuro e poder propor uma planificação equilibrada e viável. Tudo isso com uma única finalidade: a preservação dos sítios arqueológicos.

Após a conclusão do trabalho, além da publicação do perfil socioeconômico da região (Pessis, 1998:202) tinha-se em mãos uma radiografia da população e das condições dos municípios que compõem o Parque, e que permitiria embasar com dados quantitativos as futuras propostas de projetos sociais. Ou seja, os projetos poderiam ser planejados desde sua concepção até a implantação e seus desdobramentos. E, de fato, como se verá mais adiante, a escala dos projetos passou a ser outra, pois as exigências da população estavam mapeadas. A partir dos dados levantados, identificou-se um aspecto fundamental e que corroborava a percepção inicial dos pesquisadores. Para se trabalhar ali, havia também que se incutir na população um sentimento preservacionista e de valorização do patrimônio ambiental e arqueológico da região que extrapolassem ações meramente assistenciais e econômicas pontuais: havia que se trabalhar o indivíduo e seu contexto.

E uma nova situação social corroboraria essa linha de inclusão social. A partir de 2000, confirmou-se a percepção de que a preservação arqueológica e ambiental poderia ocorrer também através de ações mais abrangentes e que atingissem a população de maneira geral. Naquela época, novos assentamentos rurais originários de outras regiões se estabeleceram no Parque, e, aparentemente sem motivo, alguns grupos começaram a destruir as pinturas existentes nas paredes dos sítios. A queima de pneus no sopé dos abrigos e as queimadas em áreas de vestígios arqueológicos provocaram uma destruição irreversível. Ignorância, segregação, descaso ou provocação? Não importa. Confirmara-se de forma cruel a premissa da Fumdham.

Nas ações anteriores, a inclusão social havia sido implementada em comunidades; e as famílias, fixa das em locais determinados. A situação agora havia fugido do controle devido à mobilidade dos grupos e aos assentamentos provisórios. Diante de tal quadro e em decorrência da urgência, era preciso agir rapidamente, pois a degradação do patrimônio arqueológico era sistemática e constante.

Em face dessa situação, os pesquisadores da Fumdham não tiveram outra escolha se não priorizar, documentar e registrar os sítios e as pinturas próximas das áreas de conflito social. Integrar essas populações levaria tempo e significaria perder definitivamente os sítios ainda não estudados.

Infelizmente, a solução imediata foi de caráter exclusivamente científico, pois era a única garantia de conservar as pinturas para análises futuras. Assim, com apoio da Finep/CNPq, foi implementado um projeto de registro fotogramétrico e georreferenciado por meio de escaneamento com sistema de varredura a laser.²⁵ Entretanto, se cientificamente estava-se conseguindo agir nos sítios, era necessário pensar socialmente; aquela situação não poderia ser esquecida. O novo contexto exigia novas formas de vincular a comunidade aos sítios e ao meio ambiente. Nesse sentido, um dos projetos de maior êxito formulado a partir do diagnóstico socioeconômico da nova situação social foi o projeto Pro-Arte Fumdham⁷.

Pro-Arte Fumdham (2002–2012)

Objetivo

Em linhas gerais, pretendeu-se proporcionar às crianças e aos adolescentes que participaram do programa Pro-Arte Fumdham, durante os 10 anos de duração do projeto, entre 2002 e 2012, a oportunidade de refletir, através de expressões e manifestações artísticas e educacionais, seus contextos socioeconômicos associados ao Parque. Tudo isso foi possível pela criação de uma companhia de dança e teatro profissional que representou a personalidade do Pro-Arte Fumdham. Durante os cursos, além do conteúdo básico formativo, foram organizadas também

⁷ No vol. II da Síntese, descrevem-se a tecnologia e os procedimentos aplicados nesse projeto

oficinas de aperfeiçoamento de nível técnico, aulas de dança, mímica, teatro, música, canto e coral, artesanato, desenho e composição plástica. Essas formas de expressão estavam contextualizadas a partir da realidade das comunidades locais, com o intuito de incentivar o potencial artístico dos alunos através de expressão corporal, do conceito de corpo sonoro e da introdução à composição plástica através de cores, formas e texturas⁸ (Figura 6).



Figura 6: Alunos das oficinas do projeto Pro-arte Fumdham, em 2004.

Resultados

Centenas de crianças e adolescentes participaram do projeto, e como desdobramento, vários alunos do Pro-Arte são hoje técnicos que trabalham em diversas áreas, subordinados à manutenção do Parque, ou ingressaram em universidades públicas.

O primeiro passo havia sido dado: o Pro-Arte Fumdham conseguiu despertar a capacidade de expressão artística nas comunidades locais e em alguns grupos que haviam se instalado no entorno do Parque pela valorização do contexto cultural e regional. Mas ainda assim havia uma limitação: o programa estava circunscrito às próprias comunidades locais. Portanto, era

⁸ Entre os nomes que iniciaram experiências nesse campo, destacam-se o do francês Antonin Artaud (1896–1948) e, aqui no Brasil, o de Klaus Vianna (1928– 1992). Música, dança, cores, texturas e anatomia estão relacionadas ao conceito de corpo sonoro, no qual se fundem diversas expressões artísticas e áreas do conhecimento, produzindo e permitindo compreender formas de expressão. A bibliografia e estudos produzidos pelos dois artistas é, até hoje, referência, nas quais se destacam: Artaud, A. O Teatro de seu Duplo. São Paulo: Martins Fontes, 2006; Artaud, A. Linguagem e Vida. Trad. Jacó Guinsburg, Sílvia Fernandes, Regina Correa Rocha e Maria Lúcia Pereira. São Paulo: Perspectiva, 1995; Artaud, A. Para Acabar de Vez com o Juízo de Deus / O Teatro da Crueldade. Trad. Luiza Neto Jorge e Manoel João Gomes. Lisboa: & etc, 1975; Vianna, K. A Dança. São Paulo: Siciliano, 1990.

essencial dar visibilidade e externar aquelas manifestações e a temática das oficinas e dos cursos. Em outras palavras, tornar público e divulgar aquele aprendizado.

Extrapolar os limites da microrregião e aguardar a resposta do público seriam o grande desafio e comprovariam se, de fato, o trabalho realizado teria também a capacidade de despertar nas pessoas que não moravam ali o interesse pelo meio ambiente e pelos sítios arqueológicos.

O I Festival Internacional Serra da Capivara causou um impacto estético e social inusitado. Representou um divisor de águas, pois, de forma subliminar e para um público na sua maioria leigo, a Fumdam conseguiu externar seu objetivo principal: divulgar o trabalho científico na área de Arqueologia por meio da inclusão social. As pretensões foram cumpridas além do imaginado inicialmente, pois houve um total de 5 mil pessoas participantes (Figura 7).

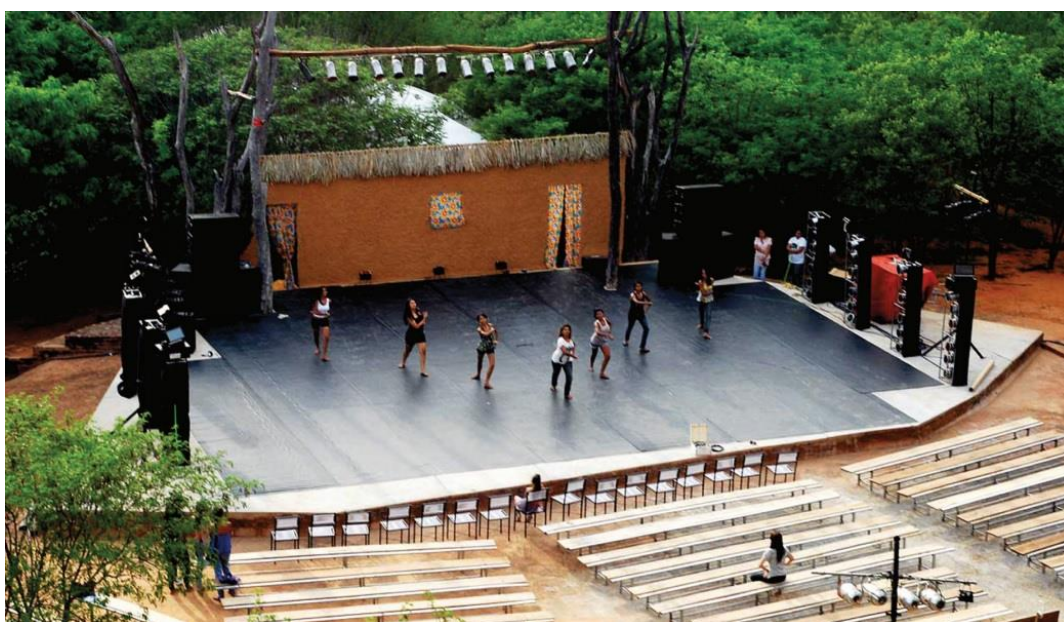


Figura 7: Ensaio para abertura do Primeiro Festival no anfiteatro da Pedra Furada.

Em decorrência dessa repercussão, em 2004 elaborou-se o II Festival Internacional Serra da Capivara, em parceria com o Governo do Estado do Piauí, o Ministério do Turismo e o Ministério da Cultura. O evento foi transmitido integralmente ao vivo, pela TV Meio Norte, que cobria os estados do Piauí e do Maranhão.

Durante 5 dias de atrações artísticas, foram apresentados 14 espetáculos, com produções internacionais, nacionais e regionais, envolvendo dança, música e teatro. Especificamente e para fomentar o conhecimento local, foram realizadas dez oficinas gratuitas de dança, arte indígena,

música erudita e popular, oferecidas pelos artistas convidados como contrapartida social dedicada aos jovens e às crianças do Pro-Arte Fumdham e aos visitantes interessados. Em 2005 e com o mesmo formato, foi promovido mais um evento: o III Festival Internacional Serra da Capivara.

Embora o êxito e a notoriedade dos três festivais tenham tornado os sítios arqueológicos e o ambiente mais conhecidos da população fora do círculo acadêmico da arqueologia e de suas áreas afins, chegou-se a um grau de saturação do formato desse tipo de evento. Novamente, os pesquisadores da Fumdham se deparavam com o problema inicial, criar um formato que desse visibilidade ao Parque e interagisse com a população local. Entre os novos eventos realizados cabe citar o Festival Acordais, realizado em 2010, que também utilizou o palco da Pedra Furada. O objetivo, nesse caso, foi potencializar o afluxo de turistas à região, incrementando a agenda cultural do Estado do Piauí ao reinvestir no foco de apresentações artístico-culturais, no anfiteatro da Pedra Furada, dando continuidade ao já tradicional Festival Interartes. A meta era diferente, pois a Fumdham já estava consolidada em termos científicos e de infraestrutura e o seu acervo arqueológico já oferecia elementos de interesse tanto para a comunidade científica quanto para o público em geral.

O Festival Acordais, que contou com apoio da Telemar Norte e Leste S.A. através da Lei de Incentivo Fiscal do Piauí, apresentou 16 espetáculos com diferentes conteúdos estéticos e linguagens artísticas tradicionais: música popular, música tradicional, dança popular, dança tradicional e capoeira. Também participaram renomados artistas de outras regiões do Brasil.

Cursos de Arqueologia e Ciências da Natureza no Campus da Univasf (2004–atual)

Objetivos

A partir dos projetos implementados até então, dos seus desdobramentos e dos dados socioeconômicos levantados entre 1997 e 1998, vislumbrou-se um projeto educacional de grande amplitude e vinculado ao acervo arqueológico. No primeiro semestre de 2004, pesquisadores da Fumdham prepararam os programas para um curso de graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial para a Universidade Federal do Vale do São Francisco. O grupo integrou as comissões do concurso para os professores que lecionariam na graduação.

Dessa forma, além de participarem das seleções públicas para o corpo docente, propuseram um modelo didático no qual os alunos teriam as aulas teóricas concomitantemente com a prática de campo.

Essa proposta foi concretizada por meio de um contrato de cooperação científica e técnica com a Univasf, através do qual a Fumdham ofereceria apoio logístico e docente para a implantação do curso de graduação em Arqueologia na unidade de São Raimundo Nonato-PI. Depois de realizado o vestibular, foi dado início às atividades acadêmicas na sede da Fundação.

Resultados

O curso foi criado e hoje funciona com cinco turmas simultâneas. Várias já se formaram, e numerosos alunos continuaram sua formação com pós-graduação em outras instituições federais. Mas, se os sítios arqueológicos estavam academicamente resguardados e com uma demanda de arqueólogos garantida, restava, entretanto, atuar em um sentido semelhante em relação ao ambiente. Para isso, e entendendo que, no Parque, os sítios arqueológicos estão associados ao contexto ambiental, criou-se, em 2009, o curso de Ciências da Natureza. A criação desse curso deu-se em um processo semelhante ao de Arqueologia. Assim, as pesquisas iniciais da Fumdham, os projetos de preservação do ambiente — descritos mais adiante — e, finalmente, uma graduação federal que aportasse profissionais que se utilizassem do Parque como tema de pesquisas foram o caminho até se poder consolidar a tríade Arqueologia, meio ambiente e inclusão social. Antes da criação da graduação em Ciências da Natureza, alguns projetos descritos a seguir destacaram-se do ponto de vista da preservação ambiental.

Recuperação dos Ecossistemas da Região dos Oitenta, SRN (1992–2002)

Objetivos

Executada entre 1999 e 2002 e financiada pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), essa ação teve como objetivos conter os processos erosivos já instalados na área com dispersores de energia; viabilizar uma maior disponibilidade de água para a vida silvestre com a construção de pequenos açudes, mantendo-a protegida na área do Parque; construir criadouros de animais silvestres, entre os quais se destacam o porco-do-mato (*Pecari tajacu*) e a ema (*Rhea americana*); construir um pequeno hospital veterinário para tratamento e reintrodução de

animais silvestres no seu habitat; gerar subsídios de alternativas econômicas na região com o cultivo de hortas de subsistência.

Resultados

Os objetivos iniciais foram cumpridos. Destaca-se o papel preponderante da reintrodução dos animais silvestres nos seus habitats.

Frentes ecológicas do Parque Nacional Serra da Capivara, (1998)

Objetivos

Com financiamento da Sudene, era objetivo das frentes ecológicas beneficiar diretamente as unidades de conservação com manutenção das estradas, limpeza dos sítios arqueológicos e monitoramento das populações animais, coleta de dados referentes a quantidade de indivíduos, deslocamentos e locais de predominância. Os participantes do projeto tinham que assistir aulas do programa de alfabetização de adultos, adaptado ao conhecimento específico sobre o patrimônio e a região onde viviam. Aprendendo a preservar o patrimônio cultural e natural, a sociedade seria beneficiada com o desenvolvimento regional através do turismo, por exemplo.

Entre os cursos oferecidos em 1998, ano de execução do projeto, destacam-se:

- Curso prático de restauração de cerâmica arqueológica; os técnicos formados foram aproveitados para restaurar todas as urnas que fariam parte do Museu do Homem Americano;
- Curso para agentes de conservação, agente de pesquisa e agente de vigilância, perfis essenciais para garantir a gestão do Parque Nacional;
- Curso especial de guarda-parques, ministrado pelo Sesc de São Paulo. Esse curso teve por objetivo formar uma equipe para o trabalho de conservação dos recursos naturais e culturais do Parque e do seu entorno;
- Cursos de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior nas áreas de Arqueologia, Antropologia, Informática, Cinematografia, Fotografia, Cartografia e História, com o intuito de especializar profissionais que prestavam serviços regulares e os próprios funcionários da Fumdham;

- Curso de francês para as crianças das escolas administradas pela Fumdham, com o intuito de introduzir uma segunda língua na formação básica.
- Numa iniciativa inovadora, montou-se um programa de alfabetização destinado aos trabalhadores da frente de emergência ecológica, que tinha como meta desenvolver trabalhos de prevenção de incêndios dentro do Parque Nacional Serra da Capivara.

Resultados

Isso permitiu que os trabalhadores desempenhassem as tarefas que lhes foram indicadas de modo adequado. Eles compreenderam que a realização dos trabalhos era tão importante para o Parque quanto para eles próprios, moradores das áreas de preservação, contíguas à Unidade de Conservação. Foi possível oferecer, assim, oportunidades de alfabetização e aperfeiçoamento. A Fumdham contribuiu para criar as condições de conscientização da importância do Parque Nacional para melhorar a qualidade de vida, introduzindo os primeiros conceitos da necessidade da autossustentabilidade. O indivíduo estava sendo remunerado pela realização de uma tarefa que o dignificava e, ao mesmo tempo, sendo formado. Esse foi o diferencial.

Água e o Berço do Homem Americano, (2007–2010)

Objetivos

Iniciado em 2007 e concluído em 2010, o projeto, que contou com recursos do Programa Petrobras Ambiental e a colaboração do Serviço Geológico do Brasil – CPRM, procurou promover ações integradas para melhorar a gestão de recursos hídricos na região por meio de um conjunto de iniciativas. Entre elas, destacaram-se o aproveitamento dos recursos naturais existentes, além do levantamento de dados ecológicos, turísticos e culturais na região dos Parques Nacionais Serra da Capivara, Serra das Confusões e Corredor Ecológico (Chame, M. 2017).

O objetivo maior do projeto foi a gestão das águas superficiais e subterrâneas, com o intuito de aumentar sua disponibilidade para múltiplos usos: preservação de mananciais; recuperação de sistemas flúvio-lagunares; locação de poços em aquíferos dos domínios do cristalino, colúvio-eluvial e sedimentar; e oferta de água potável para a infraestrutura do turismo ecológico e cultural (Figura 8).



Figura 8: Lagoa São Vitor, São Raimundo Nonato-PI, 2011.

Resultados

Das pesquisas realizadas, resultaram estudos socioeconômicos de infraestrutura para o turismo ecológico e cultural e o levantamento das redes hídricas de águas superficiais e subterrâneas, além de programas de educação ambiental nos municípios da região. De forma articulada com as ações socioeconômicas, foram desenvolvidas atividades com resultados diretos, que se traduziram em uma maior oferta de água com locação e perfuração de cinco novos poços, reparação de poços já existentes e seus respectivos equipamentos e de reservatórios naturais – os chamados caldeirões –, além da recuperação das lagoas São Vitor e dos Porcos e da proteção das nascentes do Rio Piauí. A amplitude do trabalho e sua repercussão possibilitaram a publicação do Atlas e do Guia Turístico.

Plano diretor de São Raimundo Nonato, PI⁹

Objetivos

O conhecimento pré-histórico, o histórico, as análises geomorfológicas da região e o levantamento da situação da sede do município na época que se elaborou o Plano Diretor, entre 2006 e 2007, forneceram um alto grau de conhecimento das transformações ocorridas nas formas de ocupações desde a Pré-história até a atualidade. Por outro lado, as ocupações recentes e desordenadas, tanto na sede do município quanto nas áreas rurais, significaram o

⁹ A proposta do Plano Diretor foi publicada em 2015, no livro Patrimônio Arqueológico, Ambiente e Inclusão Social no Plano Diretor de São Raimundo Nonato-PI.

maior desafio na busca de soluções e propostas no projeto de lei que foi apresentado à prefeitura (Figura 9).

Da postura adotada nas propostas a partir da tríade arqueologia, meio ambiente e inclusão social, resultaram os parâmetros de proteção do zoneamento, com o intuito de impedir o crescimento desordenado.



Figura 9: Foto área da sede do município de São Raimundo Nonato, PI, no qual insere-se a maior área do Parque Nacional Serra da Capivara.

Resultados

De forma específica, essa postura é refletida, em relação à arqueologia, no artigo 86, que propõe as Áreas Especiais de Preservação dos Sítios Arqueológicos – Aepsa, e correspondente à área do Parque Nacional da Serra da Capivara. Essa área é passível de planos específicos, que devem estar em acordo com Plano de Manejo existente. Com essa mesma mentalidade, propuseram-se também a Zona Especial de Preservação Histórico–Cultural (ZEPH) e os Imóveis Especiais de Preservação (IEP), previstos no artigo 92.

As duas situações — a urbana, referente à sede do município, e a rural, referente ao Parque Nacional Serra da Capivara, — estão inseridas no artigo 12, item IV, que determina as “diretrizes para Política Municipal do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Cultural, Paisagístico e

Arqueológico”. Ou seja, insere o elemento arqueológico em igualdade de condições com os outros elementos de valor cultural.

De forma análoga, a Zona Especial de Preservação Ambiental (ZEPA), a Zona de Equilíbrio Urbano-Ambiental (Zeua) e os artigos 26 a 30, (título II, capítulo VII), tratam da política do meio ambiente, tanto da zona urbana quanto da rural, incluindo e especificando as medidas de proteção, recuperação e conservação ambiental.

Entretanto, a inclusão social, embora prevista especificamente nas Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis), insere-se de forma difusa e correlacionada com os demais temas do Plano Diretor. Servem como exemplo dessa interação o artigo 5º, no qual se propõe “promover, valorizar e consolidar, dentro da concepção de município sustentável, a qualidade ambiental dos espaços representados pelo desenho urbano planejado, das avenidas e praças, patrimônio cultural e interação harmoniosa com o meio rural, tendo o meio ambiente como bem de uso comum da população, estimulando sua efetiva participação da população na sua defesa e preservação¹⁰.”

Da mesma forma, o artigo 6º determina que as medidas adotadas, a partir da aprovação da lei do Plano Diretor, em relação às “estruturas urbana e rural sejam adequadas para o desenvolvimento econômico, social e urbanístico na esfera local das atividades agrícolas, indústrias, serviços de comércio, habitação, lazer e turismo¹¹.”

De maneira semelhante, o item V determina que deverão ser definidas “áreas de tratamento especial em função de condições de fragilidade ambiental, do valor paisagístico, histórico-cultural e de interesse social, traçando diretrizes para o desenvolvimento ambiental das áreas de preservação e de proteção, incluindo-se paisagens notáveis, parques, praças e similares¹².”

Essa particularidade, — afinidade entre bens culturais (patrimônio histórico e arqueologia e meio ambiente e inclusão social — deu-se sob duas formas de ocupação: uma urbana e com alta

¹⁰ Título I – Dos princípios, dos objetivos, das diretrizes, capítulo II – Dos objetivos, Art. 5º, item IX, Plano Diretor Participativo do Município de SRN.

¹¹ Título I – Dos princípios, dos objetivos, das diretrizes, capítulo III – Das diretrizes, Art. 6º, item II, Plano Diretor Participativo do Município de SRN.

¹² Título I – Dos princípios, dos objetivos, das diretrizes, capítulo III – Das diretrizes, Art. 6º, item V, Plano Diretor Participativo do Município de SRN.

densidade demográfica, na qual se protegeu o traçado urbano na área central, os prédios de valor histórico e o contexto ambiental do Rio Piauí, que corta a cidade; outra, rural e com baixa densidade populacional, em que se aplicaram em nível municipal, especificamente em relação ao Parque Nacional Serra da Capivara, os parâmetros federais do Ibama e do Plano de Manejo do próprio Parque e os internacionais, relativos às recomendações da Unesco.

Desse contexto interdisciplinar, resultou a proposta para criação do Conselho Municipal da Cidade – Comucid. E tal instrumento de controle e fiscalização — também a partir da tríade arqueologia, meio ambiente e inclusão social, através da representação de vários órgãos e da sociedade civil organizada — baseou-se no Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, nos quais se estabelecem as diretrizes gerais da política urbana. Dentre as determinações que serviram de guia, abe ressaltar as “normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental¹³” Portanto, mentalidade participativa federal implementada municipalmente.

Da mesma forma, o artigo 2º do Estatuto da Cidade determina que a política urbana “tem “por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

- Garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
- Gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- Cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;
- Planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar

¹³ Artigo 1º. Lei Federal número 10.257, de 2001, Estatuto da Cidade.

e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente [...]”.¹⁴

- Com essas diretrizes foram atribuídos poderes ao Comucid para:
- Deliberar sobre os processos de controle e revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, seus regulamentos e leis complementares;
- Formular propostas e deliberar sobre planos, programas, projetos e atividades que abranjam questões urbanas e ambientais;
- Execução de programas e projetos habitacionais de interesse social, incluindo a regularização fundiária, a construção e melhorias das habitações para a população de baixa renda;
- Realizar a cada dois meses um relatório de vistoria para o controle ambiental do aterro sanitário;
- Ordenar e direcionar a expansão urbana, incluindo infraestrutura, drenagem e saneamento;
- Elaborar anualmente relatório em relação à política municipal de habitação de interesse social, que deverá conter metas estabelecidas; ações realizadas e resultados alcançados ao longo do ano, meios orçamentários, financeiros, patrimoniais e logísticos utilizados para o cumprimento, monitoramento e avaliação dos objetivos institucionais;
- Coordenar, acompanhar e fiscalizar os trabalhos e processos de regularização urbanística e jurídico-fundiária;
- Proteger e preservar o meio ambiente, a implantação de programas de educação ambiental, a execução de convênios com outras esferas governamentais e não governamentais na área de meio ambiente;
- Criar unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;
- Deliberar sobre a aplicação dos recursos financeiros do Fundo Municipal da Cidade – Fumcid, bem como fiscalizar a sua utilização;
- Analisar e aprovar a proposta de orçamento participativo anual do Município.

¹⁴ Artigo 2º. Lei Federal número 10.257, de 2001, Estatuto da Cidade.

Além do mais, o Comucid “[...] para efeito das exigências contidas nas legislações federais e estaduais vigentes, tem as mesmas constituições jurídicas, atribuições, competências, funções e demais características dos conselhos setoriais, quer seja de habitação, meio ambiente e de orçamento participativo.”¹⁵

E, para assegurar essa funcionalidade e distribuir de forma coerente e segura as atribuições e competências nas áreas de habitação, meio ambiente, patrimônio cultural, orçamento participativo, etc., o conselho é “[...] internamente distribuído em câmaras setoriais, sendo uma de desenvolvimento sustentável uma de habitação, uma de meio ambiente e outra do orçamento participativo, às quais cabe a direção e execução dos temas próprios ou correlatos, cujas decisões são levadas à apreciação e chancela de todo o conselho.”¹⁶ Portanto, há uma primeira fase técnica e mais restritiva e uma segunda ampla, eletiva e determinativa.

Além do mais, seu poder aumenta à medida que obrigatoriamente analisa as propostas do orçamento participativo do Poder Legislativo Municipal. Essa especificidade é uma “prerrogativa condicionante”¹⁷, pois lhe outorga uma grande capacidade fiscalizadora.

Para operacionalizar essa capacidade de decisão, as reuniões do conselho devem ocorrer obrigatoriamente no mínimo uma vez por mês¹⁸ e cada um dos assuntos e questões que lhe são encaminhados têm que ser analisados, no mínimo, em duas reuniões ordinárias.¹⁹ O intuito não é outro senão a tentativa de que o maior número de membros possível possa tomar conhecimento do que lhe é submetido para análise.

Mas especificamente, o Poder Executivo Municipal se incomoda com esse instrumento em decorrência de sua subordinação à composição do Comucid. Isso por que dos 12 membros, propostos, além de um representante da Prefeitura e outro da Câmara Municipal, os demais devem ser representantes do Ibama, do Crea-PI, do Iphan, da Fumdham, da Univasf, da Uespi e

¹⁵ Capítulo IV, Conselho Municipal da Cidade, Comucid, artigo 223, § 1º, Plano Diretor Participativo do Município de São Raimundo Nonato-PI, 2007.

¹⁶ Capítulo IV, Conselho Municipal da Cidade, Comucid, artigo 223, § 2º, Plano Diretor Participativo do Município de São Raimundo Nonato-PI, 2007.

¹⁷ Capítulo IV, Conselho Municipal da Cidade, Comucid, artigo 223, § 3º, Plano Diretor Participativo do Município de São Raimundo Nonato-PI, 2007.

¹⁸ Capítulo IV, Conselho Municipal da Cidade, Comucid, artigo 225, Plano Diretor Participativo do Município de São Raimundo Nonato-PI, de 2007.

¹⁹ Capítulo IV, Conselho Municipal da Cidade, Comucid, artigo 225, § 2º, Plano Diretor Participativo do Município de São Raimundo Nonato-PI, de 2007.

de entidades dos setores de turismo e entretenimento, de comércio e serviços, da sociedade civil de São Raimundo Nonato e da associação dos moradores rurais.

Diante desse quadro de membros, o executivo argumenta que, com essa constituição, o Comucid impedirá ou restringirá demasiadamente a execução de projetos e ações, mas os órgãos que o compõem, — diga-se mais uma vez, pela especificidade arqueológica e meio ambiental da região — mostram outro lado da moeda. Talvez interesses pessoais ou de grupos específicos tenham encontrado no Comucid um instrumento de controle e fiscalização que priorize ações em benefício social e cultural da população como um todo. A situação é grave, pois o Plano Diretor foi concluído em 2007 e até 2014 ainda não foi aprovado, ou seja, o executivo não encaminhou ao legislativo o projeto para votação. Cabe salientar que na época de sua elaboração todas as oficinas públicas foram realizadas na Câmara Municipal com a presença dos vereadores e da sociedade civil organizada, além de moradores interessados em acompanhar as discussões. Letargia, inércia, descaso ou omissão. Seja como for, SRN encontra-se sem Plano Diretor aprovado, e, mais grave, tendo sido elaborado participativamente e concluído e redigido o projeto de lei.

O relato da diretora-presidente da Fumdam, Niede Guidon atesta e legitima a função reguladora e fiscalizadora do Comucid: “O Comucid será um instrumento importante na preservação dos sítios arqueológicos e do meio ambiente, pois força o Poder Executivo Municipal a cumprir a legislação vigente e outorga voz às instituições envolvidas e, acima de tudo, à sociedade civil organizada.”

Cabe acrescentar que o conceito de *espaços arqueológicos morfológicos*, entendido em âmbito urbano e rural de inclusão em intervenções pontuais surge através das variáveis adaptação aos novos usos e inserção aos novos percursos; em contrapartida, em planos diretores, através de zoneamentos, parâmetros de intervenção jurisdicional e mapeamento de áreas de interesse. Nos dois casos, é fundamental a elaboração de estudos prévios por arqueólogos antes de se emitirem autorizações de obras, sejam públicas ou privadas.

Assim, a inclusão do vestígio arqueológico como mais uma variável na construção de propostas urbanas ou rurais representou integrá-lo e associá-lo ao cotidiano das pessoas. Nessa perspectiva, difunde-se na população sua valorização e sua preservação.

Plataforma Capivara

Objetivos

Levando em consideração que a coleta e o processamento de dados arqueológicos têm se refinado e aperfeiçoado cada vez mais desenvolveu-se uma ferramenta capaz de guardar e analisar esse tipo de informação.

Assim a Plataforma Capivara tem o objetivo de gerenciar informações arqueológicas, com uma infraestrutura que permite captar, registrar, organizar e disponibilizar os dados gerando novos conhecimentos. Essa ferramenta de gestão leva em consideração a modelagem das informações, o desenvolvimento de sistemas gerenciadores de banco de dados, a capacitação de usuários, e melhorias das plataformas tecnológicas (Figura 10).

Além da concepção de um banco de dados para a arqueologia, a Plataforma Capivara Gerenciamento de Informações Arqueológicas é sistema de gerenciamento de informação, que integra diferentes áreas do conhecimento como geografia, biologia, química e história.



Figura 10: Página inicial da Plataforma Capivara. Fonte: <http://fumdam.no-ip.org:8080/PlataformaCapivaraBeta/summa/summa.xhtml> (2/2/2021)

Resultados

Atualmente a Plataforma gerencia informações detalhadas de 367 sítios arqueológicos e 447 ocorrências arqueológicas, todos no contexto do Projeto de Integração do Rio São Francisco, dos quais decorrem mais de 140.000 vestígios e amostras arqueológicas e paleontológicas e mais de 48.000 fotografias de vestígios.

A Plataforma conta ainda com um módulo de apresentação de dados aberto para sociedade denominado Summa Arqueológica, disponibilizando de forma atrativa e interativa informações selecionadas de mais de dois mil sítios arqueológicos de projetos financiados pela FACEPE, Fundação Seridó, Fumdham, Sobradinho e PISF.

Conclusões

Muito se discute e, a depender das áreas, muito se faz em termos de retorno social como no caso de medicina, sociologia e engenharia civil, por citar exemplos das áreas de saúde, de humanas e de exatas. Entretanto, há nichos em áreas do conhecimento onde essa dimensão social da ciência ainda é tímida. A arqueologia é uma delas, mas não sem exemplos. Os casos relatados neste artigo deixam evidente a eficácia e a necessidade da inclusão social nas pesquisas científicas. Essa consciência vem mudando e cabe citar quando, no final de 2019, se reuniram em Brasília os 105 INCTs²⁰ e, durante as apresentações dos resultados dos grupos de pesquisa, a tônica dos avaliadores foi questionar *qual o retorno social de cada pesquisa e como aqueles dados retornam à sociedade civil organizada e órgãos públicos?* No caso o INAPAS²¹, único INCT desenvolvendo pesquisas em arqueologia, juntamente com a Fumdham e a divulgação dos dados científicos através da plataforma Capivara, atesta essa preocupação em dar um retorno social concreto da prática profissional e do conhecimento arqueológico acumulado, mesmo que de forma pontual. Por último, o Plano Diretor de São Raimundo Nonato, coordenado entre 2006 e 2007 por uma equipe da Fumdham, com apoio da Univasf, permitiu expor como o ambiente e, em especial, a arqueologia podem aportar diretrizes de

²⁰ Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, foi lançado em 2008 pelo CNPq.

²¹ Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Arqueologia, Paleontologia e Ambiente do Semiárido do Nordeste do Brasil - INCT-Inapas.

desenvolvimento a nível municipal. O Plano foi um marco, pois inseriu o patrimônio arqueológico, em especial os sítios do Parque Nacional Serra da Capivara, em igualdade hierárquica de outros instrumentos de política pública, como são os zoneamentos, fluxos viários, coleta e destinação de lixo, densidade de ocupação, vias de circulação e demais parâmetros recorrentes e típicos em trabalhos dessa natureza.

Referências

CASTRO, S. G. de. 2009. Elogio do Cotidiano: Educação Ambiental e a Pedagogia Silenciosa da Caatinga no Sertão do Piauí [Tese de Doutorado]. 171p. Ceará: Universidade Federal do Ceará, Educação.

CHAME, M. 2007. Reservatórios de água e implicações na distribuição de mamíferos cinegéticos no semi-árido: contribuições à conservação do Parque Nacional Serra da Capivara, Sudeste do Piauí, Brasil [Tese de Doutorado]. 339p. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Ciências Biológicas (Zoologia).

CHAME, M. Reservatórios de Água e Implicações na Distribuição de Mamíferos Cinegéticos no Semiárido: Contribuições à Conservação do Parque Nacional Serra da Capivara, Sudeste do Piauí, Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2007.

EMPERAIRE, L. 1991a. Clima (Cap. II). In PESSIS, A-M. (Coord.), Plano de Manejo do Parque Nacional Serra da Capivara: 19-32. Brasília: Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, IBAMA & FUMDHAM.

GUIDON, N. 2007. Parque Nacional Serra da Capivara. Modelo de Preservação do Patrimônio Arqueológico Ameaçado. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação], 33: 75-93.

GUIDON, N.; ALONSO, L. & PESSIS, A-M. 2011. A água e o berço do homem americano. São Raimundo Nonato – PI. 443p. FUMDHAM / Petrobrás.

JUSTAMAND, M. 2002. Comunicar e educar no território brasileiro: uma relação milenar [Dissertação de Mestrado]. 104p. São Paulo: PUC, Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica.

LEVY, C. 2006. Gestão e Uso do Território: Conflitos e práticas socioespaciais no Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil [Dissertação de Mestrado]. 206p. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, Geografia.

MAIOR, Paulo Martin Souto. Patrimônio Arqueológico, Ambiente e Inclusão Social no Plano Diretor de São Raimundo Nonato-PI: Síntese Dos Biomas e das Sociedades Humanas Da Região Do Parque

Nacional Serra Da Capivara, Volume III, Ed. Fundação Museu do Homem Americano, Fumdam, 2015, pp. 206.

OLIVEIRA FILHO, R. C. de & MONTEIRO, M. do S. L. 2010. O valor económico do ecoturismo no Parque Nacional Serra da Capivara – Piauí. BrasilGlobal Rock Art – Anais do Congresso de Arte Rupestre IFRAO 2009. FUMDHAMentos IX, 4: 1073-1094. São Raimundo Nonato: Fundação Museu do Homem Americano.

OLIVEIRA FILHO, R. C. de. 2007. Valoração Económica da Atividade Ecoturística no Parque Nacional Serra da Capivara [Dissertação de Mestrado]. 168p. Teresina: Fundação Universidade Federal do Piauí, Desenvolvimento e Meio Ambiente.

OLIVEIRA, A. S. de N. 2001. Catingueiros da borracha: vida de maníobreiro no Sudeste do Piauí – 1900/1960 [Dissertação de Mestrado]. 122p. Recife: UFPE, Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

PELLERIN, J. 1991 Paleoclima (Cap. II) IN PESSIS, A-M. (Coord.), Plano de Manejo do Parque Nacional Serra da Capivara: 32-49. Brasília: Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, IBAMA & FUMDHAM.

PESSIS, A-M. 1995. Parque Nacional Sierra de Capivara (Brasil): Políticas y Acciones de Preservación. IN STRECKER, M. & TELLEZ, F. T. (Edit.), SIARB [Administración y conservación de sitios de arte rupestre, Contribuciones al estudio del arte rupestre sudamericano], 4: 82-91.

PESSIS, A-M. 1996. O Parque Nacional Serra da Capivara: um programa de educação ambiental e eco-desenvolvimento. FUMDHAMentos I: 20-31.

PESSIS, A-M. 1999b. Perfil Sócio-econômico da área de Preservação Permanente do Parque Nacional Serra da Capivara. 202p. Recife: SUDENE.

PESSIS, A-M. 2000b. Preservação: uma nova estratégia de desenvolvimento. Parque Nacional Serra da Capivara. Revista do ICOMOS – Brasil, 1: 190-218.

PESSIS, A-M. 2003a. Das origens do património cultural no Brasil. CLIO - Arqueológica 16 (1), UFPE, Recife, 7-18.

PESSIS, Anne Marie. Perfil Socioeconômico da área de Preservação Permanente do Parque Nacional Serra da Capivara. Á Recife: Sudene, 1998, p. 202.

PESSIS, Anne-Marie; MARTIN, Gabriela; GUIDON, Niede (Org.), 2014. Os Biomas e as Sociedades Humanas na Pré-História da Região do Parque Nacional Serra da Capivara, Brasil, vol. II A-B, Fundação Museu do Homem Americano – Fumdam, Ipsis Gráfica e Editora, São Paulo, 852 pp.

POLLERO, A. C. 2005. Desenvolvimento regional e produção espacial turística: Punta del Diablo – Uruguai e Serra da Capivara - Brasil [Tese de Doutorado]. 334p. São Paulo: USP, Geografia (Geografia Humana).

RODRIGUES, M. H. S. 2011. Parque Nacional Serra da Capivara e comunidade: educação, preservação e fruição social. Um estudo de caso em Coronel José Dias, Piauí, Brasil [Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre]. 167p. Portugal: Universidade Trás-Os-Montes e Alto Douro.

SANTOS, A. L. B. 2007. Os múltiplos usos da água e suas relações com a saúde da população do entorno do Parque Nacional Serra da Capivara, no semiárido do Piauí [Dissertação de Mestrado]. 110p. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública.